

ESCALA 6x1 Em busca do equilíbrio na jornada de trabalho



Debate tem de ser amadurecido

Especialista em Política e Indústria da CNI, Pablo Rolim avalia como açodada a tramitação da proposta, o que pode resultar em prejuízos para o trabalhador. Frederico Melo, gerente executivo da CNT, destaca a informalidade como efeito colateral da mudança

» RAPHAEL PATI
» CAETANO YAMAMOTO*

Com o avanço no Congresso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/19, que prevê o fim da jornada 6 x 1, o especialista em Política e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Pablo Rolim, acredita haver uma pressa excessiva em aprovar a redução da jornada e que os prejuízos para o trabalhador podem ser maiores do que os benefícios, a depender de como o texto será aprovado.

De acordo com dados levantados pela entidade, o fim da escala atual pode resultar em um aumento de custo de 6,2% para o consumidor final, além de aumento de 5,7% em alimentos nos mercados, 7,2% em produtos comprados pela internet, e 6,6% em roupas e vestuário. No geral, o especialista também prevê uma queda de 1,2% no PIB industrial com a nova regulamentação.

“São aspectos que precisam ser considerados nesse debate e que esse curtíssimo prazo de discussão e curíssimo prazo de adaptação não estão considerando”, afirmou Rolim, no primeiro painel do *CB Debate Escala 6x1: em busca de equilíbrio na jornada de trabalho*. “A gente precisa de muito mais exame, de equilíbrio, de responsabilidade, porque, sim, é um aspecto, é um tema fundamental e legítimo, mas a gente precisa ter responsabilidade nessa discussão”, acrescentou.

Para o especialista, o debate no Parlamento sobre a redução da jornada não leva em consideração possíveis flutuações do mercado de trabalho, ocasionadas pela necessidade de contratação de novos trabalhadores, o que, segundo ele, pode gerar maiores dificuldade de contratação e mais necessidade de investimento em outras áreas, como inovação e tecnologia.

Rolim também tratou dos desafios relacionados à produtividade, que podem surgir com a aprovação da matéria. Ele avaliou que o Brasil sofre com baixa produtividade há, pelo menos, quatro décadas.

“Por isso, a CNI tem se manifestado continuamente, trazendo esse dados, trazendo esse impacto e falando: vamos discutir com mais profundidade. Precisamos discutir, mas tem que ser uma discussão

que não pode ser feita em um período tão curto”, avaliou.

O aumento da informalidade é um dos principais pontos mencionados por opositores do fim da escala 6x1. A preocupação do setor produtivo é que, em determinados setores, a redução da jornada de trabalho formal leve a uma elevação de custos para o trabalhador que, por consequência, pode optar por um emprego informal para compensar a perda financeira.

Com essas premissas, o gerente executivo de Relações Trabalhistas da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Frederico Toledo Melo, destacou que a informalidade é um efeito colateral com a redução da jornada, mesmo com a manutenção do salário atual, visto que a inflação é um processo menos controlável e que poderia corroer o poder de compra do trabalhador.

“Se eu trago a manutenção do salário, e há um efeito econômico — a inflação —, essa pessoa vai sentir o poder de compra dela, com aquele mesmo valor, tender a diminuir. Se aquele cobertor já é curto, qual vai ser a saída dele? Ele vai precisar trabalhar mais, e o resultado disso vai ser a informalidade”, considerou.

Melo ressaltou, ainda, as preocupações com a evasão de profissionais do regime de trabalho convencional. Enquanto a taxa de informalidade no Brasil é próxima a 40%, no setor de transporte é de apenas 8%. Apesar de explicar que faz sentido a formalização ser maior no segmento, um aumento dos custos para as empresas poderia gerar, também, prejuízos para os motoristas e todos os envolvidos na cadeia logística.

“Qual é a consequência lógica se a gente tem uma redução de jornada abrupta, mas se a gente não tiver um escalonamento de trabalhador para colocá-los? A gente vai ter menos oferta de ônibus público, seja urbano, seja intermunicipal, seja internacional, e 95% dos nossos passageiros utilizam transporte terrestre”, argumentou Melo. Ele acredita em efeitos adversos para outros setores como consequência. “É muito importante que isso seja dito, porque isso vai afetar diretamente a pessoa que utiliza o transporte público. As cargas tendem a demorar mais e com valor mais elevado”, acrescentou o gerente-executivo.

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Rolim: “É um tema fundamental e legítimo, mas a gente precisa ter responsabilidade nessa discussão”



Melo ressaltou as preocupações com a evasão de profissionais do regime de trabalho convencional

Negociações

Um dos pontos de maior discordância entre defensores e opositores

do fim da escala 6x1 é a abertura maior para negociações coletivas. Diante desse tema, os representantes do setor produtivo pregaram a

inclusão da negociação coletiva no texto final da proposta.

Rolim frisou que a Constituição Federal de 1988 já estabelece um

teto e dá o caminho para a redução de jornada e a negociação salarial. Segundo ele, a manutenção desses dispositivos é importante para atender às demandas específicas de cada setor produtivo.

“Entendemos a argumentação de que há pontos em algumas categorias que precisam de condições específicas de negociação, entendemos, mas, ao mesmo tempo, quando a gente olha, de fato, a negociação coletiva que acontece no Brasil, a gente tem números muito animadores”, comentou Rolim. Ele lembrou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais cerca de 54% dos trabalhadores no país já possuem uma jornada inferior a 44 horas. “E por que isso acontece? E como isso acontece? Por causa das negociações”, salientou.

Rolim acrescentou: “Uma pessoa que trabalha seis dias por semana, muitas vezes, recebe um dia de ticket a mais, um dia de comissão a mais, um dia a mais de algumas outras verbas relacionadas a esse sexto dia, tirando cinco dias, ela vai perder salário. Há pessoas que não estão querendo, porque vão perder salário, porque é pago o número de ticket que está vinculado a isso”.

Por sua vez, o gerente executivo da CNT trouxe um outro exemplo para o debate: “É normal que o trabalhador de Brasília, o motorista de Brasília, tenha um salário diferente do salário da mesma categoria em Anápolis. Então, por que não posso negociar a jornada?”

Melo também defendeu a posição do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que, mais cedo no mesmo debate, tratou da preferência de os sindicatos discutirem temas de interesse das classes ante as vontades do Poder Legislativo.

“Obviamente que alguns direitos devem ser assegurados e não podem ser negociados. São justamente os absolutamente indisponíveis. São aqueles que estão sob a perspectiva constitucional de não poderem ser negociados. Ainda assim, dentro da Constituição, nos seus incisos, há várias ressalvas de direitos; inclusive, a redução do salário é possível mediante a negociação coletiva”, destacou.

Especialistas veem chance histórica para o país

Na avaliação da procuradora do Trabalho e integrante da Divisão Especializada em Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), no DF e TO, Carolina Mercante, o Congresso Nacional tem uma oportunidade histórica de tornar o capitalismo mais humanizado, na aprovação da redução da escala 6 x 1.

“Refiro-me a um capitalismo em conformidade com os princípios da Constituição da República de 1988, que prevê a livre iniciativa e o desenvolvimento econômico das diferentes regiões do país e dos diferentes setores econômicos, aliados ao valor social do trabalho e à proteção da dignidade da pessoa humana. Como disseram anteriormente, é um jogo de ‘ganha-ganha’, pois é benéfico para todos”, frisou.

Para Mercante, o primeiro impacto da redução da jornada é a melhoria do meio ambiente e das condições de trabalho. Segundo ela, a escala 6x1 está diretamente relacionada a danos à saúde integral do trabalhador e da trabalhadora.

“Há uma relação direta entre o excesso de jornada e o descanso semanal insuficiente com acidentes e doenças ocupacionais; estudos apontam que 30% dos adoecimentos são ocasionados por jornadas acima de 40 horas. Danos à saúde integral, como a fadiga crônica e o estresse prolongado, são catalisadores de doenças, como as cardiovasculares, os distúrbios gastrointestinais, a síndrome de burnout, a ansiedade e a depressão”, explicou.

A especialista ressaltou que os danos à saúde provocam impactos financeiros e previdenciários, pois

esses trabalhadores se afastam das atividades, o que onera o orçamento público e os custos operacionais das empresas privadas. Muitos afastamentos observados pelo MPT não chegam a 15 dias — variando entre 10 e 12 dias —, mas são recorrentes, atingindo diretamente o setor privado.

Por outro lado, a redução da jornada, de acordo com Carolina Mercante, tem repercussão no ambiente familiar. Mais tempo livre propicia maior atenção aos filhos, o que inibe, por exemplo, o insucesso escolar.

“Isso impacta especialmente as mulheres, devido à cultura patriarcal e ao machismo estrutural, em que a maior parte do cuidado é imputada a elas. A redução da jornada permitirá que as mulheres tenham mais tempo para investimento em educação e formação profissional”, acrescentou.

Outro ponto enfatizado pela procuradora, com a mudança de jornada, é a promoção da equidade no mundo do emprego. A maior parte dos trabalhadores atingidos pela escala 6x1 ganha até dois salários mínimos, e, nesse público, estão, sobretudo, mulheres, especificamente mulheres negras, conforme apontam estudos do Ipea e da Fundacentro.

Também como ponto positivo, afirmou a especialista, está “a melhoria do bem-estar nos órgãos da administração pública”. “Embora muitos servidores já cumpram 40 horas, nos órgãos públicos convivem servidores e trabalhadores terceirizados. A redução da jornada e o fim da escala 6x1 tomam esse ambiente menos desigual, mais harmônico e ambientalmente saudável. Ressaltamos a necessidade de regras de transição; o MPT prevê que o novo regimento



Carolina Mercante: 6x1 está diretamente relacionada a danos à saúde



Santos: “Trata-se de um momento cíclico em que a história se repete”

» Alunos da Católica no evento

Estudantes do sétimo semestre do curso de direito da Universidade Católica de Brasília assistiram ao debate. Eles descreveram a experiência como especial e enriquecedora, por tratar de uma pauta fundamental para a população brasileira. “A presença deles permite que absorvam o conhecimento não apenas acadêmico, mas também de outros setores da sociedade, como é o caso da Confederação Nacional da Indústria e do Ministério Público do Trabalho. Isso traz uma interdisciplinaridade fundamental para a formação acadêmica desses alunos”, explicou o professor César Alexandre Marinho dos Santos.

contemple cláusulas claras para disciplinar a transição dos terceirizados por meio da celebração de termos aditivos aos contratos vigentes”, disse.

Por fim, a procuradora reforçou a importância do equilíbrio da jornada de trabalho. Para ela, é fundamental que a sociedade brasileira avance nesse equilíbrio, pois as relações atuais entre empresários, trabalhadores e movimento sindical ainda são muito assimétricas.

Também participante do debate, o professor de direito da Universidade Católica de Brasília César Alexandre Marinho dos Santos — especialista em direito do trabalho e processo do trabalho — destacou que longas jornadas de trabalho surgiram a partir do desenvolvimento do capitalismo e da industrialização intensa, com períodos realmente extenuantes de 15 a 16 horas diárias. A Constituição do México de 1917 estabeleceu jornadas menores e a Constituição alemã de Weimar, em 1919, também diminuiu essas escalas.

“Chegamos à nossa CLT em 1943, estabelecendo uma jornada de 48 horas, após muita luta e um intenso debate entre o capital e o trabalho. Passaram-se quase 40 anos para que

a Constituição de 1988 discutisse novamente essa situação, abordando questões de produtividade e a manutenção ou redução salarial. Trata-se de um momento cíclico em que a história se repete”, enfatizou.

Segundo ele, a redução da jornada de trabalho poderá trazer benefícios, também, ao setor produtivo, como turismo e o comércio, pois o trabalhador teria mais condições de fazer viagens e consumir mais.

Santos acredita que a mudança na jornada favorecerá o mercado de trabalho. “O país possui uma quantidade intensa de desempregados, pouco mais de 6 milhões, além de quase 3 milhões de desalentados, que são aqueles que sequer procuram trabalho atualmente. A redução da jornada poderia ampliar o espaço de trabalho, utilizando, inclusive, a formulação trazida pela Reforma Trabalhista de 2017 sobre o trabalho intermitente. Embora essa modalidade ainda não pareça totalmente amadurecida, é possível que ela seja utilizada pelos empregadores como uma forma de flexibilização”, refletiu (CY*).

* Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa